

Disciplina Direito e Software

Professor Eduardo Ariento

Trabalho em grupo

The Wealth of Networks

Yochai Benkler

Laury Bueno

nUSP: 5648179

Vivian Lababde Cury

nUSP: 3672228

Introdução

Ideia central da obra: liberdade e justiça podem e deveriam ser melhor alcançadas por uma combinação de ações mercadológicas e privadas, voluntárias (não necessariamente sem fins lucrativos) não orientadas ao mercado; e o Estado é um ator relativamente suspeito.

A transformação que Benkler prevê levaria a substancial redistribuição de poder e dinheiro. Sairíamos da estrutura tradicional do século XX marcada por produção industrial da informação, cultura e comunicação para uma combinação de comunidades e agentes espalhados pelo mundo que produzirão seus próprios "ambientes informacionais".

Para o autor, não é do interesse de gigantes industriais que os meios de produção e transformação da informação se transformem dessa forma, e eles, portanto, agem contra esse processo. Nas palavras de Benkler, "é para desenvolver um entendimento de o que está em jogo e por que vale a pena lutar por essas transformações que eu escrevo este livro. Eu, no entanto, não ofereço qualquer garantia de que minhas previsões venham realmente a se concretizar."

Economia da produção de informação e inovação

Informação e cultura tendem a ser "bens públicos" ao contrário de produtos, que historicamente são produzidos com uma orientação ao mercado. Produção informacional e cultural, de alguma forma, aceitam e prosperam em formatos não lucrativos.

A forma como se produz informação está mudando e essa é a chave de que Benkler fala. Durante o século XX, economias avançadas viram o papel da informação (em diversas formas, como por exemplo a cultura) ter um papel de importância crescente. Nesse contexto, foram desenvolvidos métodos de proteção da informação que serviriam, em sua essência, para proteger quem produz esse tipo de bem e dessa forma estimular a continuidade disso.

O eixo das mudanças que atacam esse procedimentos legais é o fato de que a cópia (na sociedade de informação em rede) não é um obstáculo para a produção e distribuição de informação em si, mas sim um obstáculo para a antiga forma de produção e distribuição.

Como demonstram as fontes de lucro da IBM entre 200 e 2003, há um crescente papel da comercialização de serviços relacionados a Linux sobre o licenciamento de códigos-fonte.

O fato é que informação, conhecimento e cultura são produzidos de formas muito diversas em nossa sociedade, e dessa forma podemos ver que os métodos baseados em direitos exclusivos (que simulam a comercialização de produtos) já desempenham um papel limitado nesse sistema até hoje.

Ambiente colocado digitalmente em rede aumenta a eficácia e importância de diversos produtores não orientados ao mercado (desde pessoas com seus hobbies até organizações sem fins lucrativos bem organizadas). Essas estratégias se mostram mais eficientes do que seriam em ambientes de produção em massa.

Produção individual e compartilhamento

Hoje, testemunhamos um fenômeno inédito na estrutura econômica. Na visão de especialistas do século passado, que viram durante suas carreiras a produção e o poder serem criados e movidos a partir de grandes iniciativas, grandes centros, grandes acúmulos, tais novos modelos podem parecer impossíveis, ou ao menos ínfimos, mas eles se provaram reais, consistentes e competitivos.

A colaboração de milhares, ou milhões, facilitada pela formação da sociedade da informação em rede, tem dado frutos especialmente notórios no desenvolvimento de software. Não faltam ótimos exemplos dos resultados que esse novo “modelo de negócios” têm alcançado como o sistema operacional GNU/Linux e o servidor web Apache.

Com tantos frutos bem sucedidos de produções compartilhadas, é inevitável discutir de quem é a posse do que é criado e quem tem o direito de obter ganhos com isso (supondo que alguém tenha esse direito).

Como parte da solução a esse (e outros) problema, surgiram novos modelos de licenciamento de conteúdo, como o Creative Commons, que padroniza forma de distribuição ou contenção do conteúdo. Com ela, é possível definir clara e objetivamente sob que condições o conteúdo pode ser redistribuído.

O fundamental nesse esquema de mudanças é perceber que testemunhamos o surgimento de práticas descentralizadas que não se baseiam nem em uma estrutura de preços, nem em uma coordenação central. Assim, ganha espaço o comportamento descoordenado e não orientado ao mercado.

Mesmo o desenvolvimento do GNU/Linux, por exemplo, que é em tese coordenado por uma diretoria central, pode ter esse elemento neutralizado graças ao código-aberto (Open Source), que permite a continuidade do trabalho sob um novo entendimento, que seja condizente com um grupo menor de colaboradores. Daí a diversidade de “distribuições” desse sistema operacional, como as grandes Mandriva, OpenSuse, Ubuntu e as minúsculas Kuki, gOS e Helix.

Economia da produção social

Por que as pessoas participam? Qual a motivação quando as pessoas não são pagas ou diretamente recompensadas?

Seres humanos são diversamente motivados. Podemos agir com intuito de ganhos, como também podemos agir sem isso. Podemos querer ganhos materiais, mas podemos também querer bem-estar psicológico, gratificação ou ligações sociais. Isso não é nada novo.

A diferença é que em geral, na economia industrial a criação de algo está ligada aos bens materiais consumidos. De tal forma que simplesmente querer fazer alguma coisa raramente era o suficiente para poder realmente fazê-la. Era necessário também financiamento.

A economia política da propriedade e bens públicos

Essa é a parte que mais chama a atenção do livro, por ser a parte onde Benkler expõe suas ideias de como deve ser estruturada a nova economia da informação.

O capítulo 5 trata da liberdade individual. Benkler usa a palavra liberdade para se referir à autonomia, habilidade do indivíduo de atingir objetivos sem restrições. Na antiga

economia o público era agente passivo da informação. A pessoa que senta em frente a uma televisão tem o poder de escolher o canal que vai assistir, mas não tem como escolher a programação do canal. O dono do canal é quem vai escolher a programação, conforme o que for mais lucrativo para ele. Por exemplo, o dono do canal ganha dinheiro vendendo espaço para comerciais, portanto, quanto mais os anunciantes lucrarem anunciando naquele canal, melhor para o dono do canal. Se o dono do canal colocar no ar um programa que fala sobre a fome na África, os telespectadores ficaram com um sentimento de caridade no lugar de consumo, e os comerciais não serão muito eficazes. Por isso, o dono do canal prefere colocar na programação um jogo de futebol, um programa de culinária ou um programa que ensina as pessoas a se vestirem bem.

Hoje, com a economia da informação em rede, é possível não só escolher a programação como produzir seus próprios conteúdos para que outras pessoas assistam. Com o Youtube, a Wikipédia, ficou muito fácil encontrar a informação que você está procurando e divulgar algo que você gostaria de compartilhar com outras pessoas. Uma pessoa pode fazer um filme de 30 minutos, colocar no Youtube e mostrar para todos os seus amigos e familiares, como lhe convier. Se uma pessoa quer saber sobre o que está acontecendo na África, ela só precisa entrar em um site de notícias, ou mesmo na Wikipédia. Se ela não encontrar nada útil, ela ainda pode fazer uma pesquisa mais a fundo e criar uma nova página na Wikipédia. Enfim, a nova economia trouxe liberdade e autonomia ao indivíduo.

Os capítulos 6 e 7 tratam da liberdade política. Para explicar a liberdade política, Benkler usa um conceito restrito de esfera pública. Ele considera que esfera pública é o conjunto de práticas que membros de uma sociedade usam para se comunicar sobre questões que eles entendam ser de interesse público e que potencialmente requerem uma ação coletiva. A mídia em massa tem um ponto fraco ao tentar estruturar a esfera pública, ela não tem como saber o retorno da informação que está passando. Geralmente, a opinião sobre os programas ocorrem na mesma hora em que eles estão passando e ocorre entre as pessoas que estão assistindo o programa juntas, portanto a opinião dos telespectadores não chega à pessoa que está criando a programação.

Já a internet e a economia da informação em rede fornecem uma plataforma pública melhor. No Wikipédia, por exemplo, assim que algo é publicado pessoas de todo o mundo tem acesso ao conteúdo e se algo está errado outra pessoa irá corrigir ou mesmo denunciar a

nova página. No Youtube a resposta é diferente, para cada vídeo publicado é possível postar comentários

A comunicação na esfera pública não é apenas estruturada pela infra-estrutura técnica, mas também por modos de organização, modelos econômicos de produção, cultura e instituições. Dois países podem ter a mesma infra-estrutura técnica, mas se o governo de um deles for repressor, as pessoas podem não ter o mesmo nível de acesso à informação nesse país. Como na China, por exemplo, existem vários endereços que são bloqueados pelo governo. Isso é importante para lembrarmos que a internet, a infra-estrutura técnica em si não é capaz de criar a nova esfera pública sozinha, existem outros fatores que interferem.

Em termos políticos, o que diferencia a mídia da nova economia da informação em rede é a arquitetura em rede e o custo de ser um orador. Em países autoritários é muito mais cara manter uma rede e manter o controle da esfera pública. Ainda assim, o custo de escrever para um grupo de amigos, ou mesmo de se criar um blog para criar uma discussão é infinitamente menor do que o custo de tentar colocar sua opinião na mídia. Isso acaba gerando um número muito maior de oradores e de participantes em discussões.

Na televisão, podemos ver um programa onde está sendo feita uma mesa redonda, mas não podemos dar nossa opinião. Se essa mesa redonda estivesse sendo feita numa sala de 'chat' pela Internet, muito mais pessoas participariam da discussão. Com muito mais pessoas participando, as decisões acabam tendo uma qualidade muito maior. Isso é chamado de democratização da Internet. A Internet tem a abundância e diversidade de expressão humana disponível para qualquer pessoa, em qualquer lugar. Nela, qualquer um pode ser um editor, incluindo indivíduos, instituições educacionais e organizações não governamentais.

O capítulo 8 trata da liberdade cultural. Na economia controlada pela mídia era necessário encontrar alguma produtora que aceitasse divulgar o seu trabalho. Hoje com as facilidades da Internet, é possível criar uma música e disponibilizá-la em mp3 para quem quiser ouvir. Muitas bandas começam a divulgação de seu trabalho pelo Youtube.

O capítulo 9 trata de justiça e desenvolvimento. Hoje o mercado depende de incentivo econômico para produzir e inovar. Ele conta com a proteção das propriedades para criar direitos exclusivos no crescimento e desenvolvimento. Mas isso cria problemas na questão de distribuição. Para promover a justiça, talvez seja necessário redistribuir a riqueza.

Em países ricos, os adolescentes podem comprar até medicamentos para acne, enquanto que em países pobres crianças morrem por doenças que seriam facilmente curadas com remédios da medicina moderna. Nenhuma economia baseada em mercado incentiva a criação de soluções para os problemas dos pobres.

A economia de bens públicos oferece boas alternativas. Se todas as pessoas tiverem acesso à informação, elas poderão ver os mais avançados modos de agricultura e poderão, por exemplo, plantar algo em qualquer solo. Assim, a nova economia estaria ajudando a terminar com a fome.

O capítulo 10 trata dos laços sociais. Benkler mostra como a Internet mudou os padrões de interação social. Ele considera que as redes sociais tornaram as pessoas muito mais próximas.

Levando tudo isso em consideração, Benkler defende a economia de bens públicos, um framework institucional onde as pessoas, e não o coletivo, tem direito sobre as propriedades. O que interessa é como os bens públicos facilitam a liberdade de ação. Se permitirmos os donos exercitar os direitos de propriedade estaremos privatização a informação. Por exemplo, é errado permitir que um router controle o fluxo dos pacotes, como fez a Cisco System. Esse tipo de propriedade dá o poder às empresas de controlar as opções percebidas pelas pessoas, e isso fere a autonomia. Nesse caso, Benkler ignora o poder da livre concorrência.

Sendo assim, a economia proposta é de uma infra-estrutura de rede de domínio público, com leis bem frouxas de direitos intelectuais e intervenções estratégicas para impedir controle monopolizado sobre recursos essenciais no ambiente digital.

Bibliografia

- http://www.benkler.org/Benkler_Wealth_Of_Networks.pdf
- http://cyber.law.harvard.edu/wealth_of_networks/Main_Page
- <http://www.independent.org/publications/tir/article.asp?a=721>